

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.570, DE 2008.

Acrescenta dois cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

RELATOR: DEPUTADO JÚLIO CÉSAR

I - RELATÓRIO

Por meio do Projeto em análise, o Tribunal de Contas da União acrescenta dois cargos em comissão, sendo um de Oficial e outro de Assistente, destinados à composição e provimento no Gabinete do novo Auditor do Tribunal de Contas da União, Ministro-Substituto, cujo cargo foi acrescido ao Quadro da Corte de Contas mediante Lei nº 11.854, de 3 de dezembro de 2008, consoante disposto no inciso IV do art. 110 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com redação dada pela Lei nº 9.165, de 19 de novembro de 1995.

A matéria foi apreciada sem emendas na Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público.

Nesta comissão de Finanças e Tributação, o Projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

O Projeto também será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, sendo a proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

É o relatório.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

II - VOTO DO RELATOR

O mérito do assunto já foi analisado e aprovado à unanimidade pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público desta Casa, oportunidade em que se apreciou o mérito quanto à conveniência e oportunidade do provimento dos dois cargos em comissão para composição do Gabinete do novo Auditor, Ministro-Substituto, do Tribunal de Contas da União, incorporado ao TCU por meio da Lei nº 11.854, de 03 de dezembro de 2008.

Assim, firma-se a necessária e devida autorização legal para o acréscimo de mais dois cargos em comissão, sendo um de Oficial de Gabinete e outro de Assistente, a fim de compor, exclusivamente, o quadro de pessoal com lotação e provimento específico no Gabinete do novo Auditor da Corte de Contas.

O assunto também foi considerado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público em conformidade com as disposições atinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Compete a esta Comissão de Finanças e Tributação apreciar a matéria quanto à compatibilidade e adequação dos seus dispositivos em relação ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, à Lei do Orçamento Anual – LOA e demais dispositivos legais pertinentes à receita e despesa públicas, na forma do art. 54, inciso II, do Regimento Interno desta Casa e da Norma Interna desta Comissão, de 29 de maio de 1996.

Nesse sentido, importa observar, que ainda tramita na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Projeto de Lei do Orçamento Anual n.º PL 46 - CN, de 2009, que especificará, para o exercício de 2010, os recursos e a devida autorização orçamentária indispensáveis à implementação financeira do presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Dessa forma, com o específico propósito de promover a adequação financeira e orçamentária da Proposição, na forma cabível a esta Comissão, faz-se necessário incorporar ao texto da espécie uma emenda aditiva de adequação, com o escopo exclusivo de associar o aporte financeiro para o provimento dos dois cargos de que trata este Projeto à suficiência dos recursos e à devida autorização orçamentária, correspondente ao exercício em que forem efetivamente criados e providos.

Observada a presente emenda, de caráter especificamente afeito à legislação orçamentária, que ora apresento, a matéria não possui nenhuma outra implicação orçamentária ou financeira, estando em condições de ser aprovada.

Ante o exposto, voto favoravelmente à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 4570, de 2008, e proponho a aprovação da matéria juntamente com a emenda aditiva de adequação que apresento em anexo.

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2009.

Deputado JÚLIO CÉSAR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.570, DE 2008.

Acrescenta dois cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União para provimento em gabinete de Auditor do Tribunal de Contas da União.

AUTOR: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

RELATOR: DEPUTADO JÚLIO CÉSAR

EMENDA ADITIVA DE ADEQUAÇÃO

Inclua-se o seguinte artigo e renumere-se o artigo posterior:

“Art. 2º A criação dos dois cargos comissionados previstos nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em Anexo Próprio da Lei Orçamentária Anual, com a dotação suficiente para o seu efetivo provimento, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal.”

Sala das Comissões, 02 de dezembro de 2009.

Deputado JÚLIO CÉSAR

Relator